

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 043

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Boa-tarde a todos!

Eu quero, neste momento, abrir a reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária. Toda terça-feira, às 14:00 horas, nós temos reunião.

Eu quero dizer que esta reunião está sendo gravada e taquígrafada. As nossas taquígrafas estão presentes à reunião, que está sendo gravada, para depois se fazer a Ata.

Neste momento, quero convidar para compor a Mesa: o Sr. Silas Tadeu Caldeira, da Assessoria da Secretaria de Administração, Delegado de Polícia; o Sr. Juliano Rizental Rodrigues Carvalho, Superintendente Organizacional da Secretaria de Administração; a Sr^a Lucicleide do Espírito Santo Moraes, Presidente do Sindicato dos Papiloscopistas; o Sr. Márcio Corrêa Godoy, Presidente do Sindicato dos Peritos.

Queremos fazer uma reunião extremamente objetiva. O objetivo principal desta reunião é justamente solicitar do Governo do Estado que encaminhe logo a proposta da Polícia Técnico-científica para a Assembléia Legislativa, para votarmos ainda este ano. E, em conjunto, a proposta que nós temos da Comissão de Segurança Pública e Comunitária é que se encaminhe também a questão dos salários, o novo quadro de salários, tanto dos papiloscopistas, quanto dos peritos, quanto dos legistas.

Vejo que, tanto para o Secretário Marcos Henrique Machado, que recebeu um pedido do Governador para ir urgente a Brasília hoje, mas amanhã estará aqui na Assembléia para conversar conosco, quanto para o Secretário Célio Wilson, que são Promotores, é melhor concretizar essa questão, trazendo o projeto da Polícia Técnico-científica para a Assembléia Legislativa este ano.

Nós havíamos feito uma proposta para que encaminhasse o plano de cargos e salários sem demorar muito, antes do projeto de criação da Polícia Técnico-científica. Mas o Secretário Marcos Machado sempre me coloca que ele quer que, junto com o plano de cargos e salários, junto com o subsídio da polícia, o subsídio dos peritos, dos legistas, dos papiloscopistas, venha também a criação da Polícia Técnico-científica.

Preocupa-me muito porque com a não-aprovação do projeto da criação da Polícia Técnico-científica, tanto a categoria dos peritos quanto a dos papiloscopistas continuam sendo prejudicadas. Foi feito um compromisso de que o Governo iria mandar no dia 30 de setembro, mas não mandou. Depois jogaram para trinta dias, 30 de outubro, e não puderam novamente. Nós já estamos na metade de novembro e até hoje não mandou.

Eu fico preocupado porque eu tenho aqui um dado de que, por exemplo, o perito criminal, de 1994 para 2003, teve um aumento salarial de 13%, enquanto que um coronel da polícia, que ganhava menos do que um perito em 1994, teve um aumento de 482%. Isso equivale a trinta vezes, mais de trinta vezes, umas trinta e poucas vezes mais de aumento de salário que o do perito. O segundo tenente teve um aumento salarial de 255% e um fiscal de tributo teve um aumento

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

salarial de 2.100%, enquanto que um perito teve um aumento salarial de 13%. E com os papiloscopistas não é nada diferente. Eu estou com os dados aqui. Um delegado de polícia teve um aumento salarial de 188%, ganhava R\$1.058,00, enquanto vocês ganhavam R\$2.086,00. O salário de delegado foi para R\$4.500,00 inicial. De um coronel, R\$8.000,00. O papiloscopista teve um aumento aqui de 85%. Defensor público teve aumento de 133%. Então, na verdade, a carreira dessa categoria está sendo extremamente prejudicada.

A criação da Polícia Técnico-científica poderia fortalecer os peritos, os papiloscopistas e os legistas, e está dependendo principalmente, segundo o Dr. Marcos Machado, desses dois homens que estão aqui, que são o Dr. Juliano e o Dr. Silas.

Como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, passaremos a palavra a eles, a fim de possam nos colocar em que estágio está o projeto.

Eu tive a oportunidade de ir à Casa Civil, conversar com o Secretário-chefe da Casa Civil, Carlos Brito, reivindicando pelo menos uma planilha de cargos e salários para vocês. Daí ele falou que iriam aguardar o projeto da Polícia Técnico-científica. Liguei essa semana para o Dr. Silas Caldeira, porque eu até achei que era algum problema político de querer separar a Polícia Civil da Polícia Técnico-científica, mas não era. Nós sabemos que não é. Essa demora, de repente, é por problema de serviço mesmo.

Mas nós vamos passar a palavra para eles, para nós Parlamentares, pelo menos, termos ciência de quando eles vão mandar esse projeto.

Então, eu passo a palavra para o Dr. Silas Caldeira e depois para o Dr. Juliano Rizental.

O SR. SILAS TADEU CALDEIRA – Exmº Sr. Presidente da Mesa, demais componentes, peritos, auxiliares de necropsia, médicos-legistas, meus senhores, minha senhoras:

Inicialmente, eu quero dizer que não existe nenhuma intenção, nem minha, nem do Juliano, em enrolá-los e não fazermos a lei. A lei está, vamos dizer, 90% pronta no computador, somente faltando os ajustes finais, em razão das divergências das próprias categorias existentes na polícia técnica. É o perito que briga com o papiloscopista, o auxiliar de necropsia que pretende ter outros ganhos na sua carreira, e ficou ao encargo da minha pessoa e da do Juliano buscarmos a saída legal para que todos possam ser contemplados...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero convidar a Deputada Verinha Araújo para compor a Mesa.

O SR. SILAS TADEU CALDEIRA - ...para que todos possam ser contemplados numa lei que realmente venha a ser o exemplo não só de Mato Grosso, mas de todo o território brasileiro. Então, nós estamos buscando subsídios em outros Estados. 90% da lei já estão confeccionados, como eu já disse anteriormente. Algumas pessoas dos segmentos, tanto o dos médicos peritos e dos médicos já estiveram comigo, como também já estiveram o dos peritos 2, e lá viram a boa vontade que nós temos em atendê-los, em buscarmos as saídas legais. O problema é que não adianta nós atropelarmos uma lei aqui na Assembléia Legislativa, para depois cada um vai fazer seu *lobby* e essa lei sair todinha com cortes. Ou nós buscamos o consenso que favoreça todos, ou nós temos que maquiagem, e eu sou contra a maquiagem. Eu acho que temos que fazer uma coisa que contemple todos vocês. Agora, alguém vai perder, alguém vai ganhar, alguns terão que ceder. Agora, o problema maior é que vocês não se entendem. A hora que todos vocês, do segmento da Polícia Técnico-científica, começarem a pensar como um todo, não individualmente por classe, terão muito ganho. Esse é o primeiro passo que eu queria dizer a vocês.

Com referência à questão salarial de tabela, existe uma pré-disposição do Dr. Marcos, que já nos pediu para tentarmos fazer uma tabela que possa realmente contentar as categorias, e nós estamos fazendo um estudo. Não é simplesmente juntarmos uma tabela de seis,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

sete, oito, dez mil reais, que vai contemplar vocês, pelo contrário, nós estamos vendo a possibilidade do orçamento, se tem orçamento. Então, tem uma série de fatores e não podemos pensar só na categoria, nós temos que pensar no problema como um todo. Então, não é fácil essa tarefa.

Agora, nós estamos sempre livres ao diálogo. Nós já propusemos a várias pessoas que lá estivessem, que entrassem em contato, trouxessem subsídios. Nós estamos aqui com toda parte organizacional pronta, todos os capítulos, o esqueleto da lei, e a maioria dela já está pronta, faltam os ajustes finais que são essas divergências.

Então, nós devemos, nos próximos dias, passar a lei por inteira ao Dr. Marcos. Não sei se ele vai passar pelo crivo da Procuradoria-Geral do Estado ou se irá mandar diretamente à Assembléia Legislativa. Isso daí já é uma decisão em âmbito de Secretaria e não posso falar nesse sentido. Mas eu quero crer que, no mais tardar, dentro de dez dias, essa lei estará por inteiro com todas as divergências ou não concluídas e encaminhadas ao Sr. Secretário, Dr. Marcos Machado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, passo a palavra ao Dr. Juliano, que é da Secretaria de Administração do Estado.

O SR. JULIANO RIZENTAL - Boa-tarde a todos!

Deputada Verinha Araújo, nosso amigo que nos convocou para esta singela reunião, Deputado Zé Carlos do Pátio, Dr. Silas, Lucicleide, Dr. Márcio:

Gostaria apenas de realçar as palavras do Dr. Silas de que há uma divergência muito grande entre as categorias, e isso precisa ser, de pronto, rechaçado.

Segundo o Dr. Marcos, que recentemente acumulou uma outra pasta, em virtude disso estamos muito atarefados, temos muitos projetos, muitos processos para serem concluídos e, por final, estamos trabalhando e contamos com a colaboração de todos, porque há algumas categorias que apenas reivindicam e nada propõem, mas estamos abertos à discussão e em breve enviaremos o projeto de lei à Assembléia Legislativa.

É só isso. Se tiver alguma questão, alguma pergunta para fazer, como fica...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero colocar uma questão. Eu estava conversando com o Dr. Silas Caldeira que essa questão da competência, cada categoria tem a sua. Aquilo que é da competência de uma categoria... Na verdade, tem como discernir as competências de cada categoria, e eu tenho certeza de que nenhuma categoria quer infringir a competência de outra. Agora, eu acho que, muito mais do que a discussão sobre a competência de cada categoria, devemos discutir sobre o projeto vir a esta Casa e aprovarmos, o que vai ser uma grande conquista e fortalecimento dessas categorias. É isso o que eu acho.

Agora, eu vejo que cada categoria tem sua competência. Aquilo que é a competência de uma categoria não pode extrapolar, e vice-versa.

Passo a palavra para o Sr. Márcio Corrêa Godoy, Presidente da Associação dos Peritos.

O SR. MÁRCIO CORRÊA GODOY - Boa-tarde, Presidente Zé Carlos do Pátio, Deputada Verinha Araújo, demais membros da Mesa, colegas peritos criminais, papiloscopistas, médicos-legistas, odontologistas e auxiliar de necropsia.

Primeiramente, Deputado, quando estivemos aqui na terça-feira passada...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Sr. Márcio, desculpe-me à interrupção, mas quero saber se tem algum representante dos legistas aqui que chegou depois. (ASSISTENTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Você chegou depois da reunião começada, não é? Então, quero convidá-lo para compor a Mesa, porque na hora em que compomos a Mesa o senhor não estava presente.

Sr. Antônio Batista de Queiroz, muito prazer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Continua com a palavra, o Sr. Márcio Corrêa Godoy.

O SR. MÁRCIO CORRÊA GODOY - Continuando, quando estivemos na terça-feira passada na reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, nós viemos trazer a preocupação aos Deputados sobre a demora da lei. Existe essa proposta de elaboração há muito tempo e estava passando o tempo de trabalhar e discutir, haja vista que ainda está em fase de elaboração. Essa lei ainda se encontra em fase de elaboração, e até o momento não abriu para a discussão. Nós temos trinta dias de trabalho aqui na Assembléia Legislativa. Nós temos trinta dias para discutir essa lei, mas tem que terminar primeiramente a lei, trinta dias para terminar, discutir e passar para os órgãos competentes. Provavelmente, deve passar pela PGE, não sei, vai ficar a cargo do Secretário. Nós acreditamos que deverá passar. O Secretário Célio Wilson já colocou que a parte de atribuição, a parte técnica, é competência dele. Ele colocou isso na reunião.

Então, acreditamos que dificilmente essa lei seja viável esse ano, porque o tempo é curto e existem vários procedimentos para ocorrer.

Na terça-feira passada, trouxemos umas propostas. Eu acredito que a proposta de toda categoria da SPI seria trabalhar, para esse ano, a questão do subsídio, quer dizer, uma nova tabela. Essa é a proposta da categoria dos peritos criminais, enquanto nós discutimos a lei num todo. A lei, nós gostaríamos que ela fosse aprovada com urgência, mas só que existem alguns procedimentos que são naturais, e tem que abrir para a discussão. A categoria está descontente por vários motivos, por isso viemos à Assembléia Legislativa na semana passada, para trazeremos essa proposta. Quanto à lei, essa preocupação é realmente de toda a categoria, porque o tempo é curto para se discutir. Então, nós temos essa preocupação, nós gostaríamos da presença do Secretário para perguntarmos pessoalmente como que ele está acompanhando esse processo e para sentirmos dele se há condições de aprovar a lei ainda esse ano. Então, essa é uma colocação.

Outro ponto que nós colocamos é que nós encaminhamos uma proposta - não é, Dr. Juliano? - da categoria dos peritos criminais, dos médicos-legistas e dos odontologistas. Encaminhamos uma proposta, levamos idéias e em todo momento estamos abertos para qualquer tipo de consulta, ajuda, auxílio. Em nenhum momento deixamos de estar ali procurando vocês para nos auxiliar, porque nós, mais do que ninguém, temos a preocupação com essa lei, porque a lei atual não ampara em nada, tem embasamento muito curto e não tem um amparo legal. Nós não temos uma lei que defina a SPI. Então, a nossa preocupação também é a lei, só que também existe prazo legal. Existe um prazo para o trabalho da Assembléia. Então, essa era a minha colocação.

Eu não sei como vai ser conduzida, como você colocou, essa parte do embate entre categorias e atribuições. Nós sentamos para discutir, só que também no trabalho da comissão, até agora, em nenhum momento, a categoria dos peritos criminais foi convocada para opinar. Isso aí eu coloco: em nenhum momento a categoria de peritos criminais foi convocada para opinar.

Era isso que eu tinha a dizer, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO)- Com a palavra, a Sr. Lucicleide do Espírito Santo Moraes, Presidente da Associação dos Papiloscopistas.

A Deputada Verinha Araújo vai, depois que todos falarem, fazer um resumo e colocar a posição dela.

A SR^a LUCICLEIDE DO ESPÍRITO SANTO - Boa-tarde a todos!

Cumprimento o Deputado Zé Carlos do Pátio, a Deputada Verinha Araújo e os demais componentes da Mesa. Saúdo os peritos criminais e os papiloscopistas aqui presentes.

Desde 1994, tanto a classe dos papiloscopistas como a CGPI em geral vêm sofrendo um desgaste violento no extrato dos seus salários. O que eu posso colocar é que a categoria dos peritos, antes de setembro de 94, tinha um salário equiparado com o do 2º Tenente da Polícia Militar. De lá para cá o nosso salário vem sendo defasado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Em setembro de 94, aqui nesta Casa, nós entramos com um projeto, derrubamos um veto, para que o nosso salário inicial passasse a ser de mil e cinqüenta reais. Na época, o nosso salário não foi contemplado. Derrubamos um veto e não conseguimos que fosse aplicada a lei. Derrubamos o veto, que foi publicado, o Governo Dante de Oliveira mandou novamente publicar no *Diário Oficial*, mas não cumpriu e não pagou esse salário. Pagou somente o aumento para a categoria dos peritos criminais e dos médicos-legistas, os papiloscopistas ficaram de fora. De lá para cá o percentual da carreira do papiloscopistas tem sido um percentual minoritário.

É preocupação também dos integrantes da carreira dos papiloscopistas a Lei Complementar nº 34. Desde 1994 cria-se comissão para trabalhar a Lei Complementar nº 34, mas acaba que o projeto não sai do departamento, hoje da Superintendência de Polícia Técnica. Hoje, o projeto na administração e há uma preocupação, porque outras categorias tiveram um realinhamento do subsídio e a polícia técnica, a CGPI não teve esse aumento e é uma das categorias que também sofre com a falta desse reajuste. Há falta de uma estrutura organizada, de uma lei que subsidie todas as nossas atribuições, porque um papiloscopista hoje tem um piso inicial que é de seiscentos reais. Desde 1994, outras categorias que exercem outras funções dentro da segurança ganham muito mais do que um papiloscopista. Nós queremos a valorização da nossa carreira, por isso estamos brigando. Não estamos brigando com outra categoria, não queremos briga, nós queremos somente a valorização da competência que nós temos e queremos também que as pessoas reconheçam o que exatamente um papiloscopista faz, ele não é um mela-dedo, ele não é um executor somente da Carteira de Identidade, ele tem o seu devido valor. Nós queremos só o respeito dentro das nossas atribuições. Se outras categorias têm o reconhecimento, têm o respeito, eu acho que o papiloscopista também merece o respeito, essa valorização, porque dentro da SPI ele também tem a sua importância, tem o seu peso e tem a sua competência. A nossa preocupação também é a respeito do término desse projeto, porque o Dr. Marcos Machado falou na última reunião que tivemos que o nosso realinhamento depende da conclusão do projeto. E há uma preocupação nossa em concluir logo esse projeto. Por dois motivos: pelo salário. É importante o salário? Mas é muito mais importante assegurar os nossos direitos e as nossas atribuições (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Segundo dados que tenho aqui, um perito criminal, em Mato Grosso, ganha dois mil trezentos e setenta reais; um perito criminal, em Rondônia, ganha cinco mil e seiscentos reais; um perito criminal, no Distrito Federal, ganha seis mil reais; um perito criminal federal ganha sete mil e quinhentos reais.

Então, o perito criminal, em Mato Grosso, ganha menos da metade do que de vários Estados da Nação. Inclusive, eu tive a oportunidade de contactar vários peritos criminais de vários Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, e constatei que a diferença é muito grande. Isso deve ser também entre os papiloscopistas. Eu não tenho os dados aqui, porque eu recebi só os dos peritos.

O que eu quero colocar, primeiro para as categorias e depois para a equipe técnica do Governo, é que eu acho que um não pode extrapolar na competência do outro. Cada um tem a sua competência. Então, isso é o que eu tenho de análise de como deve se fazer a lei.

Em segundo lugar, eu acho que a disputa dos papéis de cada um, internamente, dificulta os encaminhamentos do projeto. Agora, é importante que a equipe técnica do Governo saiba a competência de cada um, até para a defesa do início da criação da Polícia Técnico-científica, que na minha opinião vai ser um dos grandes avanços do Governo Blairo Maggi. A marca do Governo dele é a criação da Polícia Técnico-científica, porque isso é preponderante para o bem, para a mudança de concepção e paradigma no Estado de Mato Grosso.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Antônio Batista de Queiroz, Presidente da Associação dos Médicos Odontologistas do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. ANTÔNIO BATISTA DE QUEIROZ - Boa-tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputada Verinha Araújo, Dr. Silas, Dr. Juliano, Sr^a Lucicleide, Sr. Márcio, colegas peritos, tanto os odontologistas quanto os peritos criminais, os papiloscopistas.

O Presidente da APECO já colocou quase todas as nossas preocupações. A preocupação dos peritos médico-legista e odontologista é realmente equacionar uma lei que realmente venha nos beneficiar, com o devido respeito pelo que nós peritos, hoje, representamos para a sociedade, não só de Mato Grosso, como do Brasil todo e também mundial, pelas funções que exercemos e importância das mesmas.

Quanto à situação cargo/salário, isso é importante. Nós estamos realmente... Nós vamos lutar pelo nosso salário, por um salário digno. Como o Deputado Zé Carlos do Pátio muito bem disse, cada um tem que desempenhar as suas funções segundo as leis constitucionais que existem. Não adianta querer chegar ao limite dos peritos criminais, que são médico-legista e odontologista, que não é possível. Tem que ser tudo dentro das suas condições, das suas funções, com os seus direitos, seus deveres e com o seu devido respeito que a função necessita. Era isso que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Neste momento, passo a palavra à Deputada Verinha Araújo.

Hoje, eu passei uma incumbência à Deputada Verinha Araújo, de relatar o projeto que cria a patrulha rural. Vocês sabiam que o Governo do Estado, através de um Deputado da Bancada do Governo, entrou com um projeto que cria a patrulha rural, através de convênio com o sindicato rural, que seria mais ou menos o seguinte: a polícia faria patrulha rural em convênio com o sindicato rural nos conflitos de terra no Estado de Mato Grosso. Eu passei a relatoria à Deputada Verinha Araújo, para resolver esse problema.

Só três Deputados votaram contra esse projeto: eu, a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Ságua. Porque é um absurdo! Seria praticamente ter uma milícia de forma institucional na zona rural. Isso seria um problema sério para o Estado de Mato Grosso.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e a todas!

Para mim, é um prazer estar aqui com vocês mais uma vez, com o Deputado Zé Carlos do Pátio, que é Presidente dessa Comissão, que é um Deputado dinâmico. Não é à toa que temos atuado juntos em várias frentes. A Comissão de Segurança Pública e Comunitária e a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, da qual ele faz parte e eu presido, são comissões que estão sempre provocando os debates aqui na Assembléia Legislativa. Então, é um prazer estar aqui para discutir essa questão da Polícia Técnico-científica.

Eu quero cumprimentar aqui o Dr. Silas, que é Assessor da SAD; o Dr. Juliano, que é Superintendente de Desenvolvimento Organizacional da SAD, com quem temos nos encontrado bastante com relação a várias categorias que estão aguardando projetos da SAD; o Dr. Antônio Batista, Presidente da Associação dos Médicos e Odontologistas do Estado de Mato Grosso; a Sr^a Lucicleide do Espírito Santo, Presidente do Sindicato dos Papiloscopistas; e o Sr. Márcio Correa, Presidente da Associação dos Peritos Criminais do Estado de Mato Grosso.

Qual o trabalho dessa Comissão? A Comissão de Segurança Pública e Comunitária tem recebido várias categorias com relação a suas reivindicações, situação de carreira, como é o caso específico da polícia técnica. Temos também feito debate com relação à Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros. Então, é uma Comissão que tem hoje uma tarefa nesse campo da regulamentação, da regularização das carreiras específicas da segurança, e tem atuado bastante. Toda semana as nossas reuniões são realizadas com esses debates.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Recebemos aqui separadamente os papiloscopistas, que nos procuraram sobre questões específicas de sua carreira, temendo inclusive alguma ação por parte da Secretaria de Administração, de colocar o quadro em extinção, dialogamos diversas vezes e conversamos com o Secretário de Administração.

Também fiz uma reunião, estive lá com os peritos, especificamente sobre sua carreira e especificidades de seu trabalho. Fomos até a sede do sindicato e depois aqui os recebemos na semana passada.

O Deputado Zé Carlos do Pátio, que preside a Comissão, hoje trás esse debate conjunto e temos hoje aqui os médicos legistas também.

Então, a importância desse debate é a de que, primeiro, é preciso que nós, dentro da carreira da polícia técnica, definamos a área de atuação de cada setor, quer dizer, onde o papiloscopista vai atuar, como vai ser sua atuação, quais são os objetivos do trabalho que ele realiza, onde ele vai realizar esse trabalho, bem como dos peritos, dos médicos-legistas. Como essas carreiras se estruturam no Estado? A partir de que legislações se estruturaram? A partir dessas legislações, vamos regularizar isso dentro de um plano único de carreira, dentro da especificidade da polícia técnica. Aí vêm também as tabelas salariais, respeitando a formação de cada categoria, como essa categoria adentrou no serviço público, o concurso realizado, a formação determinada para o concurso, o tempo de serviço e as legislações que foram modificadas ao longo da carreira. Quer dizer, tudo isso nós precisamos ter como parâmetro.

Eu tenho certeza de que a Secretaria de Administração hoje está estudando isso à luz da nossa Constituição. Então, nós, Deputados, na verdade, o nosso papel aqui é facilitar esse trabalho, essa interlocução. E não tem como hoje... Eu até acho, Deputado Zé Carlos do Pátio, que o nosso trabalho aqui é de resolver tudo isso. Como que resolveremos tudo isso? Certo.

De fato demos uma legalidade a essa situação toda, mesmo porque o trabalho é afim. Todos com a sua especificidade, mas é um trabalho afim dentro dessa área da polícia, que hoje o próprio Governo Federal está incentivando, que é trabalharmos essa questão da identificação, da inteligência, da prevenção, o trabalho da Polícia Militar, da Polícia Civil, quer dizer, não tem como se separar isso dentro do combate à violência, não dá mais para cada um trabalhar a sua partezinha separadamente. A tendência hoje é integrar. Nós estamos buscando integrar isso, em todas as áreas praticamente, nós falamos em saúde, falamos em educação, na própria polícia também. Como nós vamos integrar uma ação de um determinado crime, ou de uma determinada ação marginal, ou de outras áreas de segurança, que muitas vezes não está restrito a isso? Como que nós compatibilizamos isso? Hoje, eu vejo que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública está articulando nesse sentido, com um trabalho no escritório que é articulado com várias áreas da polícia.

Então, eu acho que nós temos que avançar, tendo essa compreensão, respeitando os direitos, respeitando os tempos dos vários servidores e servidoras no serviço público, respeitando o seu trabalho também, a sua formação.

Então, esperamos que isso avance agora. Realmente, nós temos um tempo limitado. Eu estou até perdida com a data. Hoje é que dia mesmo? 11 de novembro. Nós temos um limite até 15 de dezembro.

Vocês vejam que o orçamento e o PPA, que é algo que vai tomar muito tempo nosso aqui, nós nem abrimos ainda para discussão dentro das Comissões. Nós vamos aguardar as emendas. Na verdade, não debatemos a fundo o orçamento aqui na Assembléia Legislativa.

Então, eu queria saber das autoridades da Mesa, se já limitaram o tempo para que seja enviada a proposta à Assembléia Legislativa, compatibilizando tudo isso. Quer dizer, há possibilidade desse projeto ser apresentado aqui na nossa Assembléia Legislativa, levando em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

consideração tudo isso, mais as tabelas, é possível? Ou pelo o que eu vejo aqui, a reivindicação é para nós priorizarmos as tabelas salariais. Como é que SAD e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública vêm isso hoje? É possível apresentar isso aqui antes do dia 15?

Na semana passada, nós tivemos lá, Deputado Zé Carlos do Pátio, com os integrantes da carreira do sistema prisional. Houve um compromisso com o Secretário-Chefe da Casa Civil, Deputado Carlos Brito, de que a carreira do sistema prisional seria remetida à Assembléia Legislativa pelo menos até o dia 05. Nós estamos aguardando. Disseram-me que vão enviar. No caso da polícia técnica, qual é o compromisso que tem, diante do pouco tempo, porque nós temos pouco mais de trinta dias de trabalho legislativo e precisaríamos deliberar algo, discutindo muito bem, democraticamente, levando em consideração todas essas questões. Eram essas as questões que eu queria levantar aqui. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Deputada, eu quero colocar para Vossa Excelência o seguinte: preocupa-me. Vossa Excelência colocou muito bem essa questão. Quer dizer, não é melhor encaminhar um subsídio, um salário, depois vamos discutir um projeto, igual o Presidente da Associação dos Peritos nos colocou aqui, o Márcio, mas me preocupo com isso.

O Secretário Marcos Machado falou, com todas as letras, que ele não ia mandar a questão salarial se ele não mandasse o projeto junto. Então, eu acredito que ele quer mandar o projeto junto, amarrando também a questão salarial a partir do ano que vem. Agora a responsabilidade de tudo isso aí está nas mãos do Dr. Silas e do Dr. Juliano, os dois são responsáveis pelo futuro da criação da Polícia Técnico-científica. Nós da Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembléia Legislativa só estamos aguardando os dois encaminharem o projeto.

Há uma necessidade que me preocupa muito. A Deputada colocou aqui com muita clareza que nós estamos aprovando por semana mais de cem projetos dos Srs. Deputados, fora os projetos do Governo. São projetos que me preocupa muito.

Para termos uma idéia, na semana passada, conseguimos tirar um projeto da pauta, que cria a Escola de Governo e acaba com a Escola de Saúde Pública. Isso nós conseguimos reverter. Nós não podemos acabar com a Escola de Saúde Pública, porque envolve o servidor da saúde federal, estadual e municipal.

Agora, por exemplo, tinha um projeto tramitando - eu e a Deputada estávamos reunidos hoje discutindo esse projeto - sobre a questão de estar abrindo a possibilidade de contratos de prestação de serviços para empresas, organizações sociais, empresas privadas poderem participar na questão do ensino. Isso, na nossa opinião, é a mesma coisa de privatizar a educação. O Secretário viu isso daí. Isso daí é um discurso horrível contra o Governo Blairo Maggi. Pelo menos, na área de ensino, nós estamos conseguindo encaminhar. Então, têm coisas que nós precisamos ter cuidado ao votar um projeto dessa envergadura. Esse projeto, inclusive nós convocamos o Secretário para, amanhã, estar aqui para debatermos.

Então, eu quero pedir ao Governo que nos encaminhe o projeto. Quer dizer, já foi feita uma amarração dentro de dez dias e eu acho que é muito tempo, embora nós vamos esperar, porque dez dias já estamos entrando na reta final do ano legislativo da Assembléia Legislativa, que se encerra no dia 15 de dezembro. Então, nós vamos estar a menos de um mês para estudar o PPA, que é o projeto mais importante dos próximos cinco anos do Governo, para votar até dia 15 o Orçamento e mais projetos do Governo que virão, de dez a quinze, entre eles o Estatuto da Polícia Militar. Só na nossa área da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, temos o Estatuto da Polícia Militar, o Estatuto da Polícia Civil, a Corregedoria, a Ouvidoria, a Polícia Técnico-científica, fora outras áreas, como os subsídios dos professores que estão em greve hoje, há uma semana que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

eles estão paralisados. Então, nós precisamos de um resultado o quanto antes, porque a assessoria do Governador Blairo Maggi está atrasada dois meses com esse projeto.

Eu vou abrir agora a inscrição para quem quiser fazer algum encaminhamento. Se alguém tiver mais alguma coisa para falar...

Quero registrar a presença dos auxiliares de necropsia e do membro da Comissão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Dr. Jurandir de Oliveira.

Passo a palavra ao Presidente da Associação dos Peritos.

O SR. MÁRCIO CORRÊA GODOY - Eu gostaria de sugerir, Deputado Zé Carlos do Pátio, que a Comissão desse um prazo que fosse viável para trabalhar a lei, o subsídio. Se dentro desse prazo não for possível enxergar que a lei realmente vai ser viável, vamos trabalhar só com subsídio. Então, essa é a proposta, a sugestão, que se dê um prazo, considerando esse tempo, esses trinta dias, para a Comissão, para a SAD encaminhar o projeto, e também que se abra para a discussão antes de encaminhar, porque se o Governo não abrir para a discussão, quando chegar aqui, nós vamos querer saber. Então, que se abra para a discussão, e nós vamos trabalhar para que se abra essa conversa.

Então, Deputado, a proposta é que se dê um prazo para esse grupo de estudo do Governo encaminhar a proposta. Se dentro desse prazo não for possível, não for viável encaminhar a proposta, que se trabalhe com a proposta salarial, com a tabela, com o subsídio.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou fazer uma proposta. Na semana que vem tem reunião da Comissão, Deputado. Então, nós vamos fazer o seguinte: vamos à Casa Civil marcar uma reunião com o Secretário Carlos Brito. Se por acaso a Comissão que está elaborando o projeto não puder nos entregar até terça-feira da semana que vem, nós vamos lá para discutir a questão do subsídio e falar: Olha, vocês estão querendo votar a criação da Polícia Técnico-científica, mas não vai votar. Vocês têm que criar uma política de subsídio para essas categorias e deixar para discutir essa questão no ano que vem, porque está na mão de vocês dois! Caso não haja possibilidade, nós iremos levar. Agora, eles estão confiando que entregarão esse ano, tanto o Secretário Carlos Brito quanto o Secretário Marcos Machado falam para mim que vão entregar esse ano.

O SR. JULIANO RIZENTAL - A intenção do Governo é essa.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agora, o projeto é para vir com a tabela.

O SR. JULIANO RIZENTAL - Virá anexada a tabela.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não que seja para começar esse ano...

(PARTICIPANTES FALAM AO MESMO TEMPO - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não! Vocês não estão entendendo. Não precisa ser para esse ano, porque o Governo falou. Pode ser para o início do ano que vem. Mas que a tabela venha anexada ao projeto. É isso que eu quero colocar, que ele já venha com o projeto definido. Olha, no ano que vem já tem realmente toda a criação da Polícia Técnico-científica com a tabela assim, eles vão começar a perceber o salário, a receber o salário nesse valor a partir desse encaminhamento. Eu acho que essa era a idéia do Governo e essa é a nossa idéia também. O Governo não queria mandar a tabela antes da criação da Polícia Técnico-científica...

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, pela Ordem, a nobre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - É isso que eu gostaria que os representantes do Governo aqui nos colocasse, se vai enviar esse ano a proposta com a tabela, nos próximos vinte dias

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

no máximo. É isso que eu gostaria de ouvir. Se tiver esse compromisso de nos enviar já o plano de carreira definido com a tabela, nós já sabemos e vamos articular para que vocês sejam ouvidos, antes até que esse projeto chegue à Assembléia Legislativa.

O SR. SILAS TADEU CALDEIRA - Eu quero deixar novamente colocado o seguinte: inicialmente, eu fui convocado para fazer parte dessa Comissão e estava como revisor. Essa semana, devido aos afazeres do Dr. Juliano, o Dr. Marcos falou para que eu ficasse com a relatoria. Eu estou trabalhando diuturnamente nisso. Há até pessoas da perícia que estão colaborando. Eu não estou trabalhando sozinho, não. Nós estamos trabalhando com vontade, com afinco, para entregar isso no máximo em dez dias. Não depende somente de mim, depende inclusive... Ontem, conversando com algumas pessoas da categoria de perito, solicitei dos mesmos que me trouxessem alguns subsídios sobre obrigações de cada chefia, e todos estão imbuídos em trazer essas propostas para que eu possa inserir na lei e terminá-la o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Dr. Silas, eu só quero fazer uma observação. O senhor quer entregar dentro de dez dias aqui na Assembléia Legislativa ou entregar para o Procurador? Porque saindo da Secretaria de Administração, vai para a PGE, da PGE vai para a Casa Civil, da Casa Civil vem para cá. Só esse trâmite demora de dez a quinze dias. Isso me preocupa!

O SR. SILAS TADEU CALDEIRA - O meu compromisso é entregar, na íntegra, ao Sr. Secretário de Administração até antes de dez dias. Devo entregar a ele, porque essa é a determinação. Depois, ele fará a tramitação devida.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Está aberta a palavra. Eu peço que usem o microfone, porque está sendo gravado e taquigrafado.

Eu solicito à Sr^a Mônica que pegue o nome das pessoas, dos representantes, que queiram fazer uso da palavra.

Com a palavra, o Sr. Vítor.

O SR. VÍTOR - O meu nome é Vítor, sou da categoria dos papiloscopistas...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero que se identifiquem porque está sendo gravado.

O SR. VÍTOR - Eu tenho quase vinte anos de Estado. Hoje, há pessoas que têm seis meses e já se julgam donos do Estado.

Eu anotei aqui por itens, eu vou fazer comentários.

Em 1988, eu ganhava igual ao 2º Tenente da Polícia Militar, eu ganhava 70% do salário de um médico, de um perito. Quando o Dr. Queiroz falou, com todo respeito que tenho pelo senhor, como médico pediatra, como meu amigo, mas como profissional da minha área, eu estou chateado com o senhor, com certeza, e com todos os nossos dirigentes até o momento. Até hoje todos os dirigentes sentaram lá, usurparam da situação para benefício próprio de suas categorias.

É meu pensamento particular, como profissional da área. Essa Coordenadoria eu ajudei a criar. A maioria não participou, nem era do Estado. Eu participei da criação da Coordenadoria, porque nós já estávamos chateados com as pessoas que entravam lá e usurpavam a nossa instituição, porque eram outros que mandavam em nós. E nós criamos essa Coordenadoria que aí existe. Hoje, nós estamos querendo implantar a Polícia Técnico-científica. Nós demos a idéia na época, mas não aceitaram. Na época, até os médicos não queriam sair da polícia por sinal.

O segundo item que eu anotei aqui: quando nós estivemos com o nosso Secretário Célio Wilson, ele nos falou sobre o problema do Estado com o senhor ou com o Juliano... Eu não me lembro mais quem falou de caixa do Estado aqui na reunião hoje. Foi a mesma fala do Secretário Célio Wilson, de que não fomos congratulados nesse reajuste por problemas de caixa. No dia estavam muitas pessoas aqui presentes. Eu falei: ah, eles estão brincando comigo, porque eu estudo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

matemática. Meu negócio é binário, é fazer conta, é contabilidade, é estatística, é combinação. Então, eu não sou bobo. Nós somos duzentos e cinquenta e sete. A polícia de que eu tenho os cálculos, que eu fiz na época, são oito mil. Deu reajuste para oito mil pessoas, ficando de fora duzentas e cinquenta e sete. Eu acho, na minha opinião particular, que se o Governo tem boas intenções com a nossa Polícia Técnico-científica atual que está sendo dirigida hoje pelo comando do Governo Blairo Maggi, eu acho que não é justo ficarmos fora desse reajuste. Que mande essa tabela e vamos fazer com calma essa lei para o ano que vem. Que nós tenhamos o direito a essa tabela.

Agora, essa tabela tem que ser pensada, tem que voltar aos índices passados. Eu não sei qual política é essa que a nossa Coordenadoria sempre implanta que nós somos auxiliares, somos não sei o quê, não sei o quê... Eu acho que cada um fez o seu concurso específico. Quando falaram de carreiras, nós nunca pedimos para ser perito criminal, perito da área criminal, que é papiloscopista. Papiloscopista, queira ou não queira, queira aceitar ou não, é um perito oficial, é um perito forense, e está vindo de Brasília, de baixo para cima, aliás, de cima para baixo (PALMAS). É, está vindo. É uma questão de dias. Está vindo. Vão ter que nos engolir em Mato Grosso.

Até um dirigente lá em Brasília falou que nós de Mato Grosso, que participávamos na época, plantamos essa semente no Brasil. Foi Mato Grosso que inseriu o papiloscopista como perito criminal, perito papiloscópico, em 1988, quando nós fazíamos parte do sindicato.

A própria Deputada Verinha Araújo era sindicalista na época, nós éramos companheiros, grevistas. Não é? Hoje não sou mais grevista, eu não gosto mais de greve.

Mas nós lutamos para criar essa Coordenadoria e criamos essa Coordenadoria. Agora, porque essa insatisfação com a nossa categoria de papiloscopista? Eu nunca pedi para ser médico, eu não sou médico, eu não estudei seis anos para ser médico. Eu nunca quis ser delegado, porque eu não fiz advocacia, e eu nunca pedi para ser perito criminal, porque eu não tenho curso superior. Mas adorei toda essa discórdia, porque eu criei vergonha na cara. Eu tinha largado a minha engenharia mecânica - eu tenho quase quatro anos de formação largados para trás -, e voltei a estudar, e poderei ser aprovado como perito, mas não quero ser perito não. Poderei ser um fiscal que seja na minha vida. Agora, futuramente, nós poderemos ser um dirigente superior dessas pessoas que estão querendo nos massacrar. Eu não entendo: dirigir não é massacrar; dirigir é comandar, é orientar, é fazer o bem para a sociedade. Nós somos servidores públicos pagos com o dinheiro da sociedade. Nós trabalhamos para a sociedade, não em benefício próprio, não é para uma categoria minúscula.

Então, nós temos que fazer uma união dessas superintendências - eu sempre bati nisso -, mas infelizmente até hoje não está havendo união, estão nos deixando a parte. Nós convocamos a união, para o crescimento dessa nova polícia técnica.

Com certeza, eu não quero ser perito criminal. Como o doutor falou: cada um na sua competência, mas desde os dirigentes... Tem que estar bem amarrada a competência dos dirigentes, principalmente com portarias, porque eu acho que temos que ser respeitados como profissionais. Eu sou papiloscopista, tenho o direito de ir e voltar a hora que quiser na minha área. Eu não posso ser comandado por um e por outro, porque hoje tem uma portaria que diz que sou comandado por um perito criminal. Eu acho um absurdo! Eu fiz um concurso para papiloscopista, e lá está escrito, desde a época que entrei, desde a criação, quando a criminalística não existia, quando nós éramos do Gabinete de Identificação e Estatística do Estado de Mato Grosso e do Brasil... A papiloscopia é uma carreira centenária, e agora nós viramos um auxiliar. Eu não fiz concurso para auxiliar! É o que eu citei na reunião com o Secretário, sobre o problema da Secretaria de Fazenda. O nosso caso não é transformação, é elevação de nível. E para elevação de nível tem um parecer já do Supremo Tribunal Federal, dizendo que é constitucional. Então, está sacramentado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu não quero carreira de ninguém, doutor, com sinceridade. Eu só quero trabalhar na minha área, mesmo que eu receba 70% do salário, como sempre foi. Agora, não quero ser perito não. Vocês podem continuar a ser peritos, mas que me respeitem como papiloscopista, que aí eu respeitarei vocês, como eu sempre respeitei.

Também gostaria de falar sobre uma lei que a Lucicleide citou. Dessa lei nós participamos aqui, até o Roberto França e o Wilson Santos foram os nossos padrinhos, colocamos emenda... Nesse dia, os peritos, os médicos-legistas, os odontologistas - nem sei se era criado nessa época - tiveram o benefício de aumentar não sei quantos por cento o salário deles. Eles recebiam oitocentos, foi para mil e pouco, quase dois e quinhentos - não me lembro mais, mas não era em reais, era outra moeda... Então, naquela época, o nosso salário de quatrocentos e setenta e cinco passou para seiscentos e vinte e cinco... Nós procuramos os Deputados Roberto França e Wilson Santos e fizemos uma emenda - tanto é que eles foram os pais da criança, como nós brincávamos na época - e conseguimos a aprovação na Assembléia Legislativa, à unanimidade. Mas o Governo chegou e vetou - se não me engano, o Jaime Campos vetou. Conseguimos derrubar o veto à unanimidade. Eu não entendo até hoje, Deputado... No início do Governo Dante de Oliveira nós procuramos o Sr. Tambelini, a Presidente era Janice, e me lembro até hoje que nós levamos a cópia da lei na mão para que fosse aplicada essa tabela que nunca foi paga, até hoje. Meu salário naquela época seria mil seiscentos e cinqüenta e nunca foi pago, até hoje. Aí eu procurei o Sr. Tambelini na época e falei: Secretário, o senhor tem conhecimento dessa lei? Ele falou: "Não". Eu falei: mas dá para o senhor ler? Ele leu, com toda educação. Aí nós falamos: qual a possibilidade de implantar essa tabela? "Nenhuma". Mas não é uma lei. "Não. Vocês procurem seus direitos onde vocês hão de achar, na Justiça".

Eu ando descontente com o Estado nesse sentido. Uma tabela nossa nunca foi cumprida. Agora existe uma lei para perito em que quem entrou hoje já está na Classe E. Eles já estão recebendo. É indevido, é inconstitucional, mas estão recebendo. Eu, que fui rebaixado - igual coronel para soldado - da Classe E para a Classe A, ganhei na Justiça e voltei novamente, não recebi. O Estado está se recusando a pagar, a administração se recusou, que o senhor sabe, não é? O advogado já entrou outra vez com uma ação. Ele não quer pagar a minha diferença, que chega a R\$20 mil reais. Eu estou pagando para eles receberem e eu não recebo. Tudo isso eu quero entender. Onde está a Justiça perante alguns profissionais que estão sendo injustiçados há anos, sendo pisados, sendo que eu acho que não se dirige pisando, se dirige coordenando. Era só isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado.

Com a palavra, o Sr. Henrique Mauro Rodrigues, perito criminal.

Temos três pessoas inscritas.

O SR. HENRIQUE MAURO RODRIGUES - Boa-tarde a todos!

A minha preocupação é que o tempo para discussão dessa lei seja muito breve e que saia uma lei ruim. Depois, vamos trabalhar, no ano que vem, para discutir a mesma lei? Eu acho isso incoerente. As coisas devem ser feitas com bastante calma.

Acredito que a proposta do Sr. Márcio Godoy seja a mais coerente, a desvinculação do realinhamento do subsídio - não sei se posso chamar dessa forma - da Lei Complementar nº 34. Por que uma coisa tem que estar ligada à outra?

O Sr. Silas Caldeiras (FORA DO MICROFONE) - Não está ligada.

O SR. HENRIQUE MAURO RODRIGUES - Se não está ligada, então, pode ser desligado. Então, as duas coisas podem ser feitas separadamente. É o mais coerente que eu vejo...

O SR. SILAS TADEU CALDEIRA - Foi dito, desde o início, que a questão do subsídio é uma questão que o Secretário vai encaminhar, certo?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Nós estamos elaborando a lei. Se der para mandar a lei e o subsídio, melhor para vocês. Caso seja possível, o Dr. Marcos vai optar por aquilo que for melhor.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu vou fazer a seguinte proposta: eu senti no Secretário Marcos Machado que ele queria mandar os dois juntos, até porque o Governo não está com uma pré-disposição de aumentar salário esse ano, até para fechar o quadro. Então, ele está querendo mandar a lei mais a proposta do aumento a partir do ano que vem. Foi isso que eu senti nele. Quero lhe dizer o seguinte: nós podemos na semana que vem, e aí eu peço para os dois, ter uma reunião, às 16:00 horas, com o Secretário-Chefe da Casa Civil, meu colega Deputado Carlos Brito, e propor a ele que mande só o subsídio, igual à proposta dos peritos. No ano que vem vamos discutir a lei.

Para mim, a Comissão em si não tem empecilho nenhum. Agora, eu sinto que nós temos que dar um resultado para as categorias. A minha vontade pessoal era criar a lei esse ano, até para nós... Mas se for também para criar de forma atropelada, aí também não vale a pena criar. Eu tenho isso muito claro. Agora, o duro será se não aprovar nada, isso vai me deixar frustrado, como Parlamentar. Nós tentamos falar não... Vamos só mandar o subsídio das categorias. Depois não mandam. Depois não se consegue avançar nada. Agora, se mandar o projeto, eu tenho certeza de que vem o subsídio.

O SR. MÁRCIO CORRÊA GODOY - Eu louvo a preocupação do Secretário de Administração. Ele mesmo já nos passou essas informações e essa vontade de aprovar rapidamente, ainda esse ano, Lei Complementar nº 34. Mas, caramba, menos de um mês, nós vamos ter vinte dias...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós agradecemos.

Eu quero convidar o Sr. Marcos Priole, odontologista, para usar da palavra.

O SR. MARCOS PRIOLE - Boa-tarde, Deputados, representantes das categorias que tomam assento à Mesa, técnicos da SAD, que estão empenhados na elaboração desse projeto, e todos os colegas aqui presentes.

Eu tenho uma preocupação, Deputado, que é a seguinte: no início desse ano foi designada uma Comissão para começar a discussão de um projeto de lei. No caso, eu me lembro bem de ter me reunido com a Lucicleide, com o Márcio e com o colega que falou anteriormente. Até então, de tudo que vem acontecendo, nós não conseguimos observar nenhum tipo de resultado. Então, a minha preocupação reside no fato de até onde nós vamos esperar, vamos ter que ficar aguardando, porque nós entendemos a boa vontade do Secretário de Administração, mas sobrecarrega sobre ele - nós acompanhamos isso, através da imprensa - outras pastas, outras preocupações, outras atribuições. Infelizmente, vamos dizer aqui, entre aspas, que a nossa categoria vai sendo deixada de lado, porque nós fizemos algumas reuniões, discutimos, acredito que durante um trimestre, quadrimestre, seis meses, eu não sei, e nada daquilo se aproveitou. Criou-se uma nova forma de discussão. E essa discussão, nós estamos chegando ao final do ano e até agora nós não estamos vendo resultado nenhum. E nós temos que ser realistas numa coisa: o trâmite legislativo não nos permitiria - vamos ser bastante realistas - esperar alguma coisa para este ano, eu acho extremamente difícil. Porque o prazo aí de mais dez, quinze, que eu acredito ser difícil para chegar aqui na Assembléia Legislativa, eu acredito que nós não teríamos tempo hábil para fazer as votações que são necessárias...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Tem.

O SR. MARCOS PRIOLE - Desculpe-me o desconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero até colocar uma questão aí, e quero que você fique aí, porque eu quero que você me responda uma pergunta.

Os legistas, na minha opinião, são os de situação mais difícil.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Nós tivemos conversando uma vez. Eu o procurei lá em Rondonópolis, você colocou e eu achei muito bonita a sua posição, muita ética, onde você defendeu a exclusividade dos legistas na sua profissão, porque, na verdade, a maior parte dos legistas trabalha na sua área...

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - Como um bico.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É. Vamos falar a verdade, é isso mesmo. Trabalha como um bico. Não adianta querermos esconder o sol com a peneira. E na lei fala que são quarenta e quatro horas. Você, não. Você é uma pessoa profissional, um ético e tal. Eu coloquei isso numa conversa com os dois legistas em Rondonópolis que nós íamos colocar dedicação exclusiva, como também vai ser para os peritos, dedicação exclusiva, com salário digno, ganhando bem, trabalhando exclusivamente na profissão, como são os delegados que são dedicação exclusiva, como são as polícias, os papiloscopistas.

Olha, eu vou dizer uma coisa para vocês. Os legistas lá de Rondonópolis, que eu falei com eles, pularam dessa altura. Eles não querem exclusividade, não. Eu estou passando uma informação. Olha, a situação que me deixou essa questão. “Não, Deputado. Nós não queremos ser exclusivos na nossa área, não. Nós queremos é poder ter o direito de ter outras funções, trabalhar...”

Então, eu estou passando isso, porque eu não queria deixar você sair, sentar e eu passar o que eu senti isso lá.

Então, eu só queria deixar isso ilustrado, a minha preocupação que com esse projeto da Polícia Técnico-científica o papel do legista será exclusivo, será que não será, porque eu defendo que para ter um salário igual nós queremos defender o salário dos papiloscopistas e o salário dos peritos criminais, para os legistas terem esse mesmo salário com dignidade, tem que ter exclusividade, porque é igual o que está acontecendo na polícia, hoje, só para dar uma ilustração. A Deputada Verinha Araújo está acompanhando comigo. Vocês sabiam que a grande parte dos oficiais da polícia é a favor de acabar com a carreira dos oficiais médicos. Sabem por quê? Porque na verdade eles não têm função nenhuma. Eles ganham igual aos oficiais gerais e na verdade não estão cumprindo o seu papel. Não existe uma clínica na área da polícia, não existe um hospital militar aqui e eles estão meio soltos, vamos ser sinceros. Se não tiver uma ação exclusiva, eu não vejo motivo para continuar um oficial militar. Deu para entender o que eu quero colocar? Eu perguntei esses dias para uma oficial que veio aqui, uma major: Você ganha quanto? Ela respondeu: “Eu ganho seis mil reais”. Eu perguntei: Você trabalha quantas horas pelo Estado? Você é major, você cuida, de quantos policiais você cuidou esta semana? Um policial lá em Vila Rica tem acesso a você? Um policial lá em Colniza tem acesso a você?”. Quer dizer, eu não estou vendo função nenhuma na polícia o oficial ou o policial médico, eu não vejo. É muito melhor reservar o dinheiro que gasta hoje nessa área - mandando um dinheiro lá para a tropa, lá no 5º Batalhão, no 2º Batalhão, lá no interior, um dinheiro para defender aquele policial que for baleado - do que manter uma elite aqui da saúde, oficial da saúde, que não está tendo função nenhuma, que tem três, quatro empregos e ainda vem querer exigir que mantenha a carreira deles. Vocês estão entendendo? (PALMAS).

Eu acho o seguinte, é um assunto que eu debati com essa categoria. Se tiver uma função eu vou apoiar, eu vou votar favorável à continuação da carreira do oficial militar médico ou do oficial militar dentista, daí porque estou sentindo que está tendo função. Mas se não tiver função, eu acho que é um dinheiro que você fica criando essa carreira enquanto que um está exclusivo e outro não.

Então, eu quero passar... Olha a situação nossa. Eles propuseram criar duas tabelas, uma por exclusividade e outra por carga horária. Então, eu estou passando a minha preocupação na questão dos legistas. Eu estou falando de coração.

Eu sou filho de um dentista. O meu pai não é legista, ele trabalhou só... Mas eu sinto que neste momento se não tiver realmente... Para mim, o meu sonho é que um perito e um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA, REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

legista ganhe igual a um delegado, que um papiloscopista tenha um salário (PALMAS) digno também. Sabe o que eu penso na minha função, que seja separado dos delegados. Inclusive eu tive dúvida sobre a pessoa do Delegado Silas, porque no começo eu achei que ele estava boicotando o projeto. Eu não vou negar para vocês, não, porque ele é delegado. A partir do momento que vocês vão ter a carreira de vocês, a Polícia Técnico-científica, vocês vão contrapor com muitos delegados, porque têm muitos delegados que fazem laudos, que fazem inquéritos, boletins e que muitas vezes não têm prova, que muitas vezes é deturpada a prova. Eu tenho um exemplo disso. Hoje, eu comecei a defender os peritos e os papiloscopistas, essa categoria, porque um delegado escreveu no seu relatório que um jovem foi executado por um policial porque ele reagiu. Puxa vida, o tiro foi pelas costas, como é que aquele jovem iria reagir com todas as viaturas e os policiais com armas em cima dele? Então, daquele dia em diante, eu falei: eu vou defender essa bandeira, porque eu quero (PALMAS) separar a Polícia Técnico-científica dos delegados, porque eu quero que o delegado, quando ele fizer o relatório dele, faça com outra instituição que estudou tecnicamente, cientificamente o que é que ele constatou ali, e não ficar atrelado ao delegado. É igual, na minha opinião, o papel do promotor com o papel do juiz. O juiz julga, o promotor tem outro papel, ele é independente. É essa a minha vontade.

Então, eu quero colocar aos senhores que é por isso que eu entrei na defesa, por isso que eu tinha vontade, porque eu estarei entregando a Presidência da Comissão de Segurança Pública e Comunitária no final do ano, nós que conseguimos aumentar o salário da polícia, nós que conseguimos avançar tantas leis aqui, eu queria entregar a criação da Polícia Técnico-científica. Eu tenho medo que depois desse *time*, as coisas esfriem. Mas eu acho que é importante que todos tenham a responsabilidade de construir isso aí, se der para construir até o final do ano, tudo bem. Se for para ser atropelado, eu prefiro, concordo, prefiro que paremos por aí, vamos deixar para o ano que vem.

O SR. MARCOS PRIOLE - Deputado, com todo respeito, essa preocupação de esfriar é a que eu estou tentando trazer aqui, para isso não virar simplesmente mais uma reunião, mais um encontro para nós discutirmos alguma coisa e não conseguirmos chegar a um resultado.

Quando nós conversamos algumas vezes, nós sabemos que existem arestas dentro da Superintendência, vamos chamar assim, entre cada categoria. Mas eu coloquei uma vez que para um ganhar, o outro não precisa perder, inclusive a sociedade (PALMAS). Que isso fique bem claro!

Então, nós temos que tentar tirar, pelo menos, de uma oportunidade como esta, já que nós não tiramos das outras, tirar alguma coisa daqui de positivo.

Então, eu acho louvável que algumas das propostas que foram colocadas aqui, talvez a do Márcio, como foi levantada essa questão de saber a possibilidade de se discutir primeiramente ou separadamente a questão dos subsídios, porque - me desculpe, Deputada -, mas eu pelo menos no pouco conhecimento que tenho, acredito que não haveria tempo legislativo suficiente para aprovação desta lei ainda esse ano. E, depois, com o Deputado e a senhora fora desta Comissão, nós vamos ter que fazer todo o trabalho que foi feito, juntamente com os senhores, novamente com outros Deputados, e vocês sabem muito bem que isso demanda tempo, demanda uma série de coisas e nosso trabalho pode ficar infrutífero.

Então, a proposta do Dr. Márcio Godoy é, pelo menos dentro da minha ótica, uma proposta que poderia pelo menos nos ser respondida o mais rapidamente possível, para que de repente nós tenhamos ou o apoio, ou a concordância ou não dos senhores.

Nós entendemos os problemas que estão existindo, mas a partir do momento que... Na verdade, como colocou o colega há pouco, nós estamos tratando de uma lei que não é simplesmente salário e atribuição, que é chefia e o que cada um faz. Se eu não estou enganado essa lei trata inclusive da questão previdenciária e tem outras coisas dentro dessa lei. Nós estamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

esperando uma votação ainda no âmbito federal para se concluir isso daí. Então, dentro disso, eu acho que isso serve até, em algum momento, para falarmos: nós não estamos andando com isso, porque nós estamos aguardando o que vai vir constitucionalmente.

Então, a sugestão seria verificar a possibilidade dessa separação, se pode ou não. Se não puder, quero crer que nós teremos tempo hábil para aprovação dessa lei ainda esse ano, porque senão vai ficar difícil para nós continuarmos todo esse trabalho no ano que vem novamente. Obrigado.

A Sr^a Verinha Araújo - Deputado, só uma questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAUJO - Só para responder. A questão previdenciária não está embutida no plano de carreira, porque a questão previdenciária está no Estatuto do Servidor Público, que é a Lei Complementar nº 04. Então, qualquer mudança na previdência em nível federal, depois o Estado vai ter que votar também a sua mudança previdenciária, mesmo porque a proposta que saiu da Câmara dos Deputados e foi para o Senado, parece-me que havia uma discussão, e isso nós vamos saber agora essa semana, no máximo na outra, se ficaria definido aos Estados estabelecerem o percentual de desconto. Eu, por exemplo, sou contra isso. Eu prefiro que já venha logo um percentual definido, porque não acredito que aqui vai ser menor do que 11%, eu tenho minhas dúvidas. Então, eu fico muito preocupada se além dos 11% que vai se cobrar lá, que foi definido o percentual agora... Então, nessa parte da previdência não tem problema, porque aí não é só o caso de vocês, são de outras categorias que terão que se modificar. É uma discussão que teremos que fazer e que esse ano não vamos mais fazer. Se for concluída a reforma da previdência no Senado agora, o que for modificado pelo Senado vai voltar para a Câmara dos Deputados. Então, isso será só para o ano que vem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (ZE CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Jurandir de Oliveira.

O SR. JURANDIR DE OLIVEIRA - Boa-tarde à Mesa e a todos os presentes.

A área que represento é a de auxiliar de necropsia. Eu sou auxiliar de necropsia.

O que eu tenho a dizer é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O senhor me dá licença, porque estou sendo pressionado aqui, a imprensa quer fazer uma reportagem comigo urgente, e eu solicito à Deputada Verinha Araújo que assuma a direção dos trabalhos.

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAUJO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15:30 HORAS.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAUJO) - Continua com a palavra, o Sr. Jurandir de Oliveira.

O SR. JURANDIR DE OLIVEIRA - Em 1995, quando fiz concurso para auxiliar de necropsia, e entrei como auxiliar de necropsia, o auxiliar de necropsia não era reconhecido, mas porque as pessoas não se qualificavam. Eles eram reconhecidos apenas como um mero auxiliar de um médico-legista. Com o passar do tempo, como o ex-Governador Dante de Oliveira sempre trabalhou com a qualificação profissional, nós começamos a fazer cursos, a melhorar a qualificação. Isso daí ergueu uma bandeira, tanto do auxiliar quanto de outras classes.

Quando houve o reenquadramento, muitas classes foram beneficiadas. Eu fui beneficiado porque tinha estudado. Hoje, com o novo reenquadramento e a lei do subsídio, 70% da minha classe de auxiliares de necropsia estão fazendo curso de nível superior. Então, o que estamos levando aos senhores dirigentes da SAD é que elevem os auxiliares a técnicos de necropsia, como área técnica e não só uma mera área auxiliar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Também, eu tenho aqui uma carta de Brasília, que fala que em toda área técnico-científica há padronização do terceiro grau. Então, pelo menos hoje na nossa área de auxiliares... Nós não queremos mexer com a área de legista e nem de perito criminal, porque isso não compete a nós. O que nós queremos é mais reconhecimento pelos nossos méritos, que hoje temos, graças a Deus, devido aos outros colegas que viram que quem estuda tem um bom futuro pela frente, mesmo na sua área, porque quanto mais se estuda, mas cultura se adquire. Então, hoje nossos colegas estão, a maioria, fazendo nível superior em várias áreas do conhecimento e eles também concordaram comigo no começo. No começo, eu fui e sou o primeiro a conseguir o nível superior. Tenho dois níveis. Estou fazendo especialização também. É claro que não pretendo parar por aqui, mas no momento estou trabalhando pelos auxiliares de necropsia e o que eu quero é isso.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu queria que o Sr. Juliano Rizental ou o Dr. Silas Caldeiras respondesse, dentro da carreira que os senhores estão definindo, como fica a situação desses servidores que prestaram concurso com formação de ensino fundamental ou ensino médio completo e depois foram fazendo nível superior e pós-graduação. Como, na carreira, os senhores vão resolver esse problema? Parece-me que é essa a reivindicação, fazer a ascensão na carreira pela formação, mesmo com concurso, porque no período do concurso não era essa a formação exigida. Essa é uma questão que precisa ser respondida.

O SR. JULIANO RIZENTAL - Estamos estudando a hipótese de contemplação ou não, de uma possível elevação de nível no caso de auxiliar de necropsia. Mas de antemão já coloco que a Constituição estabelece que, para a definição de cargos, precisa ver a natureza do cargo, a complexidade das atividades, a peculiaridade de cada atividade. E não estamos conseguindo ver, pelo menos por uma ótica simples, e por uma ótica em nível nacional, a possibilidade de se passar o auxiliar de necropsia para o nível superior. Se eu for convencido de que há essa possibilidade, nós estaremos abertos, mas, de antemão, eu creio que essa discussão está descartada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Pode concluir, Sr. Jurandir de Oliveira.

O SR. JURANDIR DE OLIVEIRA - A carta de Brasília sobre a área científica ficou apenas no papel? Vocês já tiveram acesso a essa carta?

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Você conclui e eu vou passar para eles responderem.

O SR. JURANDIR DE OLIVEIRA - É o que eu queria saber.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou conceder a palavra para o Dr. Silas Caldeiras. Depois é o Sr. Valdeemon, é isso?

O SR. SILAS TADEU CALDEIRA - Nós tivemos acesso a essa documentação, a essa carta de Brasília, mas realmente, dentro da carreira que foi especificada a eles, que é segundo grau, não há como nós passarmos a nível superior. Está difícil para nós agora. Estamos fazendo outras pesquisas para ver se há legalidade. Mas de antemão, até o presente momento, não temos uma legalidade, para fazer com que seja exigido curso superior para auxiliar de necropsia. Fica difícil.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Solicito ao Deputado Zé Carlos do Pátio que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO ASSUME A PRESIDENCIA ÀS 15:36 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o meu colega Sr. Valdeemon Coelho, perito criminal. Eu falo colega porque nós fizemos a mesma faculdade.

O SR. VALDEEMON COELHO - Boa-tarde aos componentes da Mesa e aos colegas presentes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu queria, primeiramente, reiterar a posição do Márcio, colega papiloscopista, e do Henrique, colega odontologista, com relação à desvinculação da aprovação da lei em si com a tabela de subsídios.

Quero explicar que na verdade nós não estamos procurando simplesmente aumento de salário, mas sabemos da dificuldade da aprovação da lei e da tabela.

Nós aqui partimos também para uma discussão. É triste, não é demagogia, virmos a uma reunião de classe, para nós que trabalhamos na Secretaria, e vemos de um lado os papiloscopistas, de outro os peritos criminais. Acredito que realmente não é demagogia. Foi-se criando uma animosidade desde a época em que nós começamos a fazer academia. Criou-se uma animosidade entre perito e papiloscopista. Eu acho que isso tem que acabar. Nós temos que estar juntos (PALMAS), porque não adianta, nós não vamos conseguir nada se cada um ficar com a sua categoria separadamente.

Nós também estamos partindo para uma discussão que ainda não foi definida. O Dr. Silas e o Dr. Juliano estão discutindo, e não foi definida ainda a atribuição de cada um. Então, eu acho que seria correto cada um de nós ter um representante da categoria, ter uma lei própria para que isso vão venha de cima para baixo. Se fosse uma decisão do Secretário diretamente à Assembléia Legislativa... Então, nós precisamos desse prazo para poder discutir isso.

Com relação às atribuições, nós achamos que a própria lei define atribuição de cada um. Aqui não se está buscando uma reserva de mercado. Nós estamos hoje trabalhando. Acho que todo perito criminal trabalha com o aumento do quadro.

Hoje, quem está trabalhando no interior sabe da dificuldade. Nós temos uma carga horária acima de sessenta horas semanais, isso sem falar do prazo de elaboração de laudo. Quando se fala que o papiloscopista não pode ser perito, essa é uma questão legal. Eu entendo que a atribuição do perito criminal está no art. 158 do Código do Processo Penal, que fala que se a infração penal deixar vestígio é obrigatório o exame de corpo delito. E o art. 159 complementa que esse exame será feito por dois peritos criminais oficiais. Morre aí. Não existe essa questão, essa preocupação do papiloscopista tomar a função nossa. Inclusive seria até benéfico para nós que somos uma classe de oitenta, virar uma de duzentos, trezentos, de imediato, mas eu acho que a questão não é essa. A questão é de atribuição legal.

Eu conversei com o Dr. Silas inclusive essa semana. Nós somos colegas no Curso Superior de Polícia. O que se tem que ter é a lei. Ninguém está procurando aqui... Ah, se a nossa classe nós estamos com oitenta, queremos chegar a duzentos. O Governo está se propondo a isso. Está se preparando para que no ano que vem se faça mais concursos para cinquenta vagas, até termos um total de duzentos peritos criminais.

Outra coisa que me preocupa, no caso dos papiloscopistas: seriam todos os peritos papiloscópicos? Hoje nós temos oitenta peritos criminais para cuidar de todas as nossas atividades, seja em homicídio, suicídio, trânsito, incêndio, grafoscopia, documentoscopia. Então, está se criando uma coisa que eu acho que não é por aí. A lei vai ter que ser revista, está sendo analisada, inclusive até para não se incorrer em muitas situações existentes no País, de estar juntando nos tribunais questões que viram processos intermináveis com relação às atribuições.

Eu acho que é isso. Tem um prazo. A lei não pode só tratar disso, de atribuição e de subsídio. Têm questões que hoje prejudicam demais, como a questão do organograma funcional que não atende o interior, independentemente da categoria que seja. Então, é uma coisa muito maior do que isso. Nós esperamos que ela tenha realmente o seu tempo normal para poder fazer uma lei muito bem feita e que atenda todas as categorias (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Sr. Juliano tem uma reunião agora com o Secretário Carlos Brito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Só tem mais uma pessoa inscrita, que é a Sr^a Janice, papiloscopista.

A SR^a JANICE - Boa-tarde a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, nossa companheira também.

Eu gostaria de falar, rapidamente, da nossa questão. A classe dos papiloscopistas, por exemplo, vem tendo uma série de preocupações com relação a essa lei que já foi aqui discorrida pelos demais companheiros.

Eu gostaria, pessoalmente, de perguntar ao Sr. Juliano se vai haver também um tempo, antes de ser encaminhado para a Assembléia, para que nós possamos também, enquanto funcionários, enquanto servidores - estamos aí desde 1976 trabalhando na Coordenadoria de Identificação -, estar vendo o que está contido dentro dessa lei.

A Deputada Verinha Araújo terminou de colocar agora há pouco que essa questão da previdência é uma questão que virá lá de cima. Mas nós temos outros cuidados, temos outras preocupações também, como por que saímos do grupo da Polícia Civil. Quando se criou a Coordenadoria, de repente, nós caímos na classe dos peritos criminais. É uma classe que nós precisamos ter uma preocupação também, porque há uma desintegração. Como o companheiro colocou ali na frente, o Vítor, há toda essa polêmica.

Então, é uma coisa ruim, porque nós fazemos parte de uma instituição única. Então, tem que haver essa questão de uma junção, cada um respeitando as suas atribuições, os peritos respeitando as atribuições deles e os papiloscopistas também. Aí terminou os senhores respondendo a questão do auxiliar de necropsia, dizendo que ainda não tem nada determinado, se os que têm já o terceiro grau passarão automaticamente à função sem fazer o concurso de acesso.

Eu pergunto para o Juliano, para o delegado, Dr. Silas, que eu estou tendo a oportunidade de conhecer hoje: como ficará a classe dos papiloscopistas? Nós fizemos também um concurso de nível médio em 1976. Quando houve o concurso era de nível médio, hoje, a maioria, digamos assim que 99% têm o terceiro grau. Como nós vamos ficar inseridos nesse subsídio?

O SR. JULIANO RIZENTAL - Você falou pessoalmente, não é?

A SR^a JANICE - Não, quando eu digo pessoalmente, eu estou falando... Quem fala pela classe é a nossa sindicalista, a Lucicleide. Eu estou fazendo essa pergunta pessoalmente porque eu tenho essa preocupação.

O SR. JULIANO RIZENTAL - Não, nós estamos em fase de elaboração. Há algumas propostas, não é, Dr. Silas? E nós estamos estudando. Temos três ou quatro vertentes em que poderia ser resolvido o problema, mas nós reservamos o direito de falar depois do Secretário de Administração. Por quê? Porque há projetos que são elaborados no Poder Executivo e vão ao conhecimento dos interessados, e depois que chega aqui na Assembléia Legislativa ocorre o “ah, mas o projeto era assim, mudou para assado”. Então, nós esperamos passar pelo crivo do Secretário. Depois nós iremos chamar os interessados e dar conhecimento do que está acontecendo. Aí, se tiver, porventura, alguma mudança legislativa que possa ser feita e aproveitada, nós a faremos.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Então, ficou acordado que dentro de uma semana, mais ou menos, até a semana que vem, estará pronto o projeto e na mão do Secretário Marcos Machado. Aí, nós teremos que articular com o Secretário, para que passe pela PGE rapidamente, Casa Civil e venha logo para cá, mas que já venha junto com a tabela. Se por acaso não houver possibilidade, vamos pedir ao Secretário que pelo menos encaminhe a tabela.

Então, vai ser esse o encaminhamento.

Passo a palavra ao Sr. Márcio Corrêa Godoy, para fazer uma colocação. É a última colocação e nós já encerraremos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. MÁRCIO CORRÊA GODOY - Poderia deixar um prazo já determinado hoje? Um prazo para que se caso não for possível... Eu sei que não depende dos senhores, vai depender do Secretário, mas que já repasse essa informação para o Secretário que, por exemplo, daqui dez dias ou vinte dias, antes do encerramento, se não for viável a lei, que encaminhe só a proposta do subsídio.

O SR. JULIANO RIZENTAL - A intenção do Governo é mandar esse ano. O Dr. Silas já falou e eu estou ratificando. Nós não precisamos falar mais. A intenção do Governo é de mandar esse ano.

O SR. MÁRCIO CORRÊA GODOY - Concordo. Essa é a intenção do Governo, só que existem além desse processo outros interesses também. Até judiciais. Pode ocorrer.

Então, é isso o que eu estou colocando. Além do alcance tem o interesse do Governo...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu faço uma proposta aqui, uma proposta intermediária.

Na semana que vem nós vamos fazer uma reunião. Eu faço uma proposta. Talvez vocês até venham aqui na Comissão, ou então nós fazemos uma reunião com o Governo. Daí, lá, nós vamos analisar se vai dar para vir ou não. Se não der para vir nós vamos pedir que mandem, pelo menos, a tabela (PALMAS).

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu queria propor o seguinte: que já ficasse agendada uma reunião nossa da Comissão com os dois representantes e uma representação de cada categoria que está aqui presente, para nós já vermos o que é que vem proposto, e aí faz essa conversa com o Governo ao final dos dez dias.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Como é? Não entendi, Deputada.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Ao final dos dez dias nós nos reuniremos e vamos ver qual o conteúdo, até porque eu entendo que este é um Governo democrático, que discute as questões...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nessa questão aí, nós não podemos falar nada não, porque nós somos minoria na Assembléia Legislativa. Várias vezes o Governo Blairo Maggi já retirou alguns projetos a pedido nosso. Eu acho que já houve humildade. Nós não podemos negar isso não, mas nós somos minoria. A posição minha e a da Deputada Verinha Araújo é minoria aqui na Assembléia Legislativa, mas mesmo assim o Governo já ouviu muitas vezes os nossos encaminhamentos.

Eu acho que há possibilidade sim de dentro de dez dias, com a tabela e tudo. Se sentirmos que não tem perspectiva de passar o projeto, então, deixaremos para o ano que vem e votaremos só a tabela. É isso, não é, o que a senhora está propondo?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - E, então, Dr. Silas?

O SR. SILAS TADEU CALDEIRA - Então, veja bem. A minha intenção é entregar ao Dr. Marcos Henrique Machado, no mais tardar, semana que vem. Agora, se houver deliberação por eles que vocês tenham acesso àquilo que já está inserido no disquete, tudo bem. Não há problema nenhum.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - É isso, Deputado Zé Carlos do Pátio. No final dos dez dias nós nos reuniremos lá.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agora, tem duas coisas que quero pedir aqui, Dr. Silas, para vocês e para a categoria.

Primeiro, eu acho que cada um tem a sua competência. Eu acho que existe uma competência. Nenhuma profissão é melhor do que a outra. Todas as profissões são iguais, mas cada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

uma tem a sua competência, cada uma tem a sua função. Então, que seja de forma técnica definida a competência de cada um. Eu acho que não precisamos questionar, eu sou muito bom para isso. Na hora de defender os interesses públicos, eu defendo mesmo. E na hora de definir, de bater o martelo, sou bom para isso. Nós batemos o martelo e cada um define a sua competência.

Eu, na verdade, já vi várias vezes falando assim: “Oh, as categorias não se entendem”. Ora, se as categorias não se entendem, mas todo mundo sabe a competência de cada um, e sabendo da competência de cada um, então, cada um delimita a competência de cada um e pronto.

Votaremos aqui a tabela. Eu acho que isso aí é uma grande vitória histórica para o Estado de Mato Grosso.

Eu vou dizer para vocês que não vai dar 100% de entendimento em tudo, mas que dê 95%, já é uma vitória. Vocês não sabem a força que dá criar só a Polícia Técnico-científica. E essa força não é só dos peritos, ou só dos papiloscopistas, ou só dos auxiliares de necropsia, nem só dos legistas, é a força de todos vocês. Deu para entender? A força de vocês é que vai criar a Polícia Técnico-científica. Então, eu acho que primeiro é importante a unidade e depois definirmos a função de cada um. Eu acho que o Governo terá que cumprir esse papel.

Agora, eu tenho um sentimento dentro de mim. Eu acho que se demorar, se jogarmos para o ano que vem, isso daí até retomar a discussão, porque a coisa está afunilando, afunilando, joga para o ano que vem, daí, pronto, você perde o controle. O Célio Wilson deixa a Secretaria, porque ele vem dizendo que talvez possa deixar lá na frente, e até você procurar um outro Secretário, convencê-lo a procurar o Secretário de Administração e juntar tudo de novo... É melhor mudar o que já tem no ano que vem, que você querer começar a discutir tudo de novo. Eu tenho muita preocupação sobre isso daí. Estão entendendo? Eu tenho muita preocupação sobre isso daí.

Outra coisa, o que mais quero... Vocês não estão entendendo. Estrategicamente, na vida pública, você tem que ter poder de negociação. O que mais quero aqui é negociar a tabela de vocês. Eu já senti, pelo *feeling* que tenho, pelo sentimento político que tenho, que só vamos negociar a tabela de vocês com a lei pronta, que dá corpo. Quando a lei estiver pronta, ela terá corpo político para negociar. Caso contrário, você tem ... O Governo fala: “Ah, já vem mais um subsídio aí, mais uma categoria”. Não, Governador, o senhor está criando uma política de uma categoria chamada Polícia Técnico-científica. Eu acho que tem peso para negociar. Vocês estão entendendo o meu raciocínio?

Então, eu quero colocar para vocês que a saída na minha opinião é essa.

Nós participamos da negociação dos salários dos praças. Nunca os praças tiveram tanto aumento nos salários como agora.

Eu e a Deputada Verinha Araújo temos uma posição muito crítica aqui na Assembléia. Nós não votamos qualquer coisa com o Governo. Já votamos contra o Governo em muitos projetos aqui. Mas uma coisa que eu acho interessante, não vou negar, é que o Governo é muito humilde para reconhecer alguma coisa que ele está achando... Pode até mudar, mas ele está recuando em muitos projetos. Então, é o momento que temos que aproveitar para negociar, porque política é a arte de negociar.

Hoje, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social estava reunida, porque o Governo, com o projeto que está aí, das OSs, praticamente está privatizando a educação. Eu já consegui tirar a educação desse projeto. Nós conseguimos, a Comissão.

O SINTEP estava reunido hoje, a categoria da saúde, eu acho que amanhã vamos ter que nos reunir novamente, porque se negociarmos, poderemos mudar um pouco a lei. Se não negociarmos, o Governo aprova como ele quer, há vários colegas Deputados que vão votar como o Governo quer e o projeto acaba saindo pior.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu estou sentindo que isso aí tem. Na semana passada, nós conseguimos retirar um projeto do Governo sobre a questão da escola de saúde pública. Ia acabar a escola de saúde pública para criar uma escola de Governo. Conseguimos. Conseguimos tirar o projeto da pauta. Acho que foi uma grande vitória de mudança.

Então, quero aqui pedir aos senhores a unidade dos senhores e pedir ao Dr. Silas que nos ajude a acelerar esse processo. Vamos definir a competência de cada um. Agora, é extremamente constrangedor para nós, Parlamentares, ficar divididos entre cobrar do Governo e ver as categorias rachadas. Vocês estão entendendo o meu raciocínio? Para termos mais forças, precisamos ter as categorias unidas, porque se elas não estiverem unidas, nós perderemos forças. É importante vocês estarem unidos para criar a Polícia Técnico-científica, para termos força para encaminhar com o Governo.

Eu entendi a preocupação de algumas pessoas que utilizaram a palavra aqui a respeito de fazer um projeto meio atropelado. Eu entendo isso. Mas eu acho que há como.

Quero fazer uma crítica aqui ao Dr. Silas. Eles não estão tendo acesso às discussões dos projetos. Há uma reclamação intensa entre as categorias por não terem acesso à discussão dos processos. Isso é ruim. Eu acho que o senhor poderia abrir mais para o entendimento ser mais democrático, mais aberto e mais rápido, porque não adianta... Aquilo que não conseguir atender, atenda conforme os interesses técnicos que nós votamos aqui. Eu acho que tem que abrir, porque eu já ouvi várias categorias dizendo que não estão tendo acesso à discussão da lei.

O SR. SILAS TADEU CALDEIRA - Eu quero discordar, porque 80% do que já está pronto foram com idéias de vocês. Cada categoria encaminhou documentos para mim. Estão lá. Eu posso demonstrar a cada um de vocês. Tudo o que está inserido na lei é o que vocês mandaram.

Então, se vocês acreditam que mandando os documentos não serve para nada, então, eu não sei o que vocês querem.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Se for isso, então, eu prefiro retirar o que eu falei.

O SR. MÁRCIO CORRÊA GODOY - Uma colocação, nós encaminhamos a proposta, daí saiu uma terceira proposta, que seria do Governo. A essa terceira proposta, nós não tivemos acesso ainda.

(NESTE MOMENTO, UM ASSISTENTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. MÁRCIO CORRÊA GODOY - Não, mas essa é a colocação que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Olha, não é por nada não, mas tanto os papiloscopistas quanto os peritos estão dizendo que não estão tendo acesso à discussão do projeto. Eu não sei se estou equivocado.

A SR^a LUCICLEIDE DO ESPÍRITO SANTO - Não. Nós somos convocados, como o Dr. Silas Caldeiras colocou. Toda as vezes que pediram para inserir propostas, nós fomos lá e discutimos. De quinze, dez, uma vez por semana, nós estamos sendo recebidos...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A sua categoria está sendo contemplada.

A SR^a LUCICLEIDE DO ESPÍRITO SANTO - Só que eu concordo com o Márcio, quando ele coloca sobre a minuta que está sendo elaborada, que nós ainda não tivemos acesso a ela.

Mas a questão de nós inserirmos as propostas dos nossos anseios, para os dois representantes, isso está acontecendo sim.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Bem, eu tenho que viajar. Eu acho que já esgotou o debate. Já foi feito um limite. Na semana que vem, nós vamos ver como é que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA,
REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

será conduzido isso. Na semana que vem, nós teremos reunião aqui na Comissão de Segurança Pública e Comunitária, e poderemos estar vendo todos os encaminhamentos.

Eu agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Rossana Valéria Guerra;
- Tânia Maria Pita Rocha;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa.